



Foto: Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

GOVERNO ENVIA PLOA DE 2024 E PPA AO CONGRESSO NACIONAL

O Poder executivo enviou nesta quinta-feira (31) o Projeto da Lei Orçamentária Anual de 2024, o PLN 29/2023, ao Congresso Nacional.

O texto propõe as aplicações orçamentárias para o exercício de 2024, e tem como uma das principais diretrizes a valorização do salário mínimo, com aumento conforme o INPC acumulado em 12 meses até novembro do ano anterior.

Segundo a Ministra do Planejamento, Simone Tebet (MDB), O Projeto traz "Orçamento muito equilibrado", visando meta de resultado sem déficit em 2024. O projeto prevê despesas de R\$ 2,093 trilhões e déficit fiscal zero.

Por sua vez, o ministro da Fazenda afirmou que o país tem capacidade de responder aos desafios sociais e econômicos. Ele agradeceu ao Congresso pelo apoio na votação da PEC da Transição e do novo arcabouço fiscal, entre outros projetos. Haddad acrescentou que o governo quer dar as condições para que o Brasil tenha um crescimento sustentável com inflação baixa.

Também chegou ao Congresso Nacional, ao decorrer da semana, o Projeto do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, que propõe gastos de R\$ 13,3 trilhões, para aplicação em programas sociais.

O plano apresentado tem define seis prioridades que são combate à fome e redução das desigualdades; educação básica; atenção primária e especializada em saúde; industrialização, trabalho, emprego e renda; novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); combate ao desmatamento e enfrentamento da emergência climática.

Em complemento, ainda há cinco agendas transversais, que envolvem mais de um ministério em torno de um mesmo tema: criança e adolescente; mulheres; igualdade racial; povos indígenas; e meio ambiente.

O PLN 28/2023 foi entregue pessoalmente pelo Presidente Lula (PT) ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG).



"Obviamente que o arcabouço fiscal caminha para o equilíbrio, mas nossa tarefa é estabelecer o ritmo desse equilíbrio. Temos uma etapa pela frente que é dar sequência ao arcabouço com a lei orçamentária e as medidas que acompanham, para fazer valer o objetivo de acelerar o passo em relação a esse equilíbrio".

**Simone Tebet (MDB),
Ministra do Planejamento.**



"Nós sabemos que teríamos que encontrar uma fórmula de marco fiscal que fizesse a distância entre receita e despesa cair a ponto de zerar (...). Esta dinâmica vai aproximar o Brasil da sustentabilidade, primeiro zerando o déficit e depois gerando um superavit necessário para que as contas públicas se acomodem num patamar de equilíbrio, sobretudo visando uma trajetória de estabilidade ou queda da dívida pública

**Fernando Haddad (PT);
Ministro da fazenda.**

GOVERNO ENVIA AO CONGRESSO NACIONAL TAXAÇÃO DE SUPER-RICOS

Nesta segunda-feira, dia 28, o Governo Federal enviou ao Congresso Nacional duas proposições visando aumentar a arrecadação: o PL 4173/2023, que propõe a tributação de aplicações financeiras no exterior, e a Medida Provisória (MP) 1184/2023, que trata da cobrança do Imposto de Renda sobre os rendimentos de fundos fechados. Atualmente, a tributação dos fundos fechados ocorre no momento do resgate, mas, conforme a proposta, passaria a ser realizada duas vezes ao ano. Além disso, o Projeto de Lei n.º 4173/2023 também estabelece regras para a tributação dos trusts, que são instrumentos utilizados em planejamento patrimonial e sucessório no exterior.

"Estamos falando de 2,4 mil fundos que envolvem patrimônio de R\$ 800 bilhões. É uma legislação anacrônica, que não faz sentido nenhum. Não é tomar nada de ninguém, é cobrar rendimento deste fundo, como qualquer trabalhador paga imposto de renda. Não é ser contra, mas o salário mínimo ficou congelado, Bolsa Família foi e voltou, tabela de Imposto de Renda, mas, quando você quer fazer justiça fiscal, a pessoa vai reclamar, sendo que todo mundo paga", Fernando Haddad.

"Então é importante que as pessoas compreendam que o Estado de bem-estar social, que existe na Europa, em outros países, é feito porque há uma contribuição equânime, mais justa do pagamento do Imposto de Renda. Não é igual aqui no Brasil em que quem paga mais é o mais pobre, se a gente for comparar proporcionalmente, o mais pobre paga mais Imposto de Renda do que o dono do banco", Presidente Lula.

O Senado Federal aprovou nesta quarta-feira o Projeto de Lei que reintroduz o voto de qualidade do Poder Executivo no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) com 34 votos a favor e 27 contrários. O PL 2384/2023 estabelece que em caso de empate no julgamento relacionado ao pagamento de impostos, o voto de desempate será sempre a favor do governo. Além disso, o projeto determina um prazo de 90 dias para que o contribuinte apresente uma proposta de pagamento da valor principal da dívida e limita a 60 salários mínimos o valor que os contribuintes podem recorrer. Agora, a matéria aguarda a sanção presidencial.

"Nós identificamos que apenas 3% dos contribuintes levavam o montante de quase 80% dos valores que foram auditados. Débitos de R\$ 3 bilhões, R\$ 4 bilhões, R\$ 5 bilhões eram reduzidos para R\$ 100 milhões, para pagar a perder de vista. Quem está no Simples Nacional está no Carf? Não está. Quem está no imposto de lucro presumido está no Carf? Também não está. Não tem pequeno contribuinte e médio contribuinte nessa situação", Senador Otto Alencar.

Às vezes, o Brasil inova ou inventa de uma forma estranha e única. Pelo que me consta, não há, em nenhum outro país desenvolvido, três instâncias de recurso administrativo. É o que aconteceu a partir da criação do Carf. Você tem a primeira instância, que aplica a multa, depois tem um recurso, e aí criamos o Carf." Senador Jaques Wagner.

Foi aprovado na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei que prorroga a desoneração da folha de pagamentos para 17 setores da economia que são os maiores empregadores do país. Além disso, o PL 334/2023 substitui a alíquota da contribuição previdenciária patronal sobre a folha de pagamentos dos servidores para o INSS, que atualmente é de 20%, por alíquotas variando entre 8% e 18%, visando incentivar a contratação de mão de obra. Além disso, o benefício, que originalmente terminaria em dezembro de 2023, será estendido até 2027. Devido às alterações feitas, a matéria agora retorna ao Senado Federal para apreciação.



"Esses setores são os que mais empregam no País, com mais de 9 milhões de empregos e, com certeza, a não prorrogação dessa política implicaria milhões de demissões e impactaria na sociedade como um todo."

**Any Ortiz;
Deputada Federal**



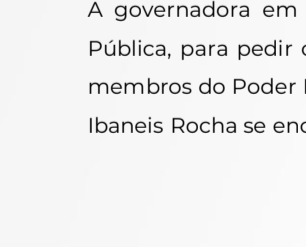
"Eu acho que está um pouco atabalhoado o processo. Você vai criar uma nova renúncia fiscal, sem lastro, sem repór. Como é que vai ficar o déficit da Previdência? Então, é uma questão de razoabilidade. Não estou pedindo nada que não seja razoável. E estou me colocando à disposição, também", Fernando Haddad

**Fernando Haddad;
Ministro da fazenda**

Vice Governadora do DF, institui Gabinete de Mobilização para definir ações de Segurança do 7 de setembro"

A vice-governadora do Distrito Federal, Celina Leão, instaurou o Gabinete de Mobilização e Acompanhamento dos eventos. A finalidade do Gabinete é promover a ordem pública e social, coordenar as atividades administrativas e participar dos eventos. Acima de tudo, o Governo do Distrito Federal quer evitar, ao máximo, um "déjà vu" do que aconteceu no dia 8 de janeiro deste ano, dia marcado por extremistas que invadiram e danificaram o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal. Os atos de vandalismo resultaram no afastamento do governador Ibaneis Rocha de seu cargo por 66 dias, por decisão do ministro Alexandre de Moraes.

A governadora em exercício se reuniu com Ricardo Capelli, secretário-executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, para pedir o apoio da Força Nacional na cobertura do evento. Podem ser convidados a compor o novo Gabinete membros do Poder Executivo, do Congresso Nacional, da Defensoria Pública do Distrito Federal, entre outros. O governador Ibaneis Rocha se encontra, no momento, em uma viagem institucional aos Estados Unidos.



"Estamos em estado de atenção. Qualquer situação precisa de requer atenção, mas não preocupação, sim, prevenção. Todas as medidas serão tomadas. Mandeí um ofício hoje avisando que a Força Nacional fique aqui no DF. É para fazer com que as famílias possam aproveitar", disse Celina Leão, vice-governadora do DF."

**Celina Leão;
Vice-governadora do DF.**



"A gente acabou de receber o ofício da governadora e vamos reunir nossa equipe para definir o efetivo da Força Nacional que será utilizado. Tenho plena confiança na PMDF, na PCDF e nas demais forças de segurança do DF."

**Ricardo Capelli;
Secretário-executivo do Ministério da Justiça
e Segurança Pública .**